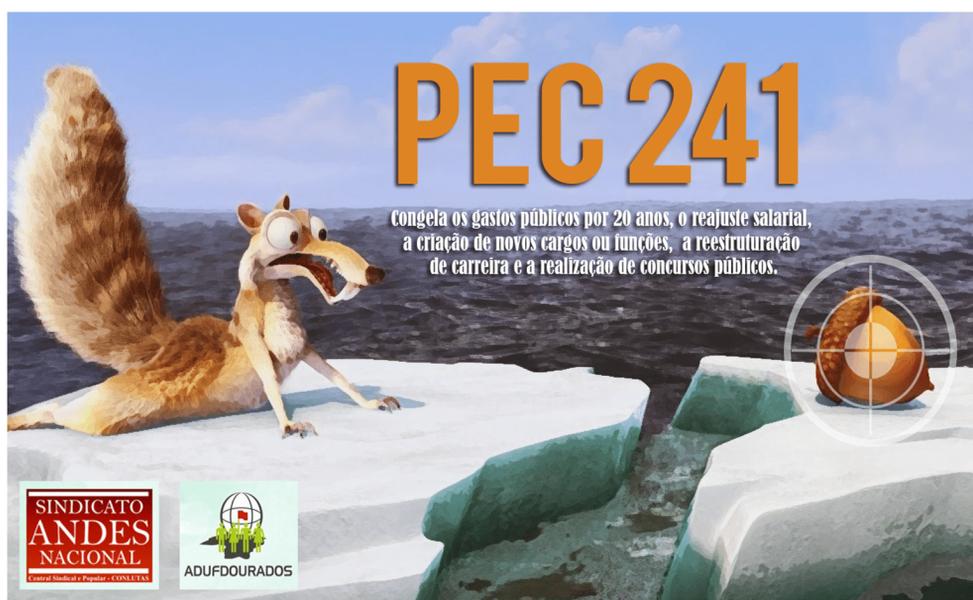


UFGD EMLUTA CONTRA A PEC 241



Nos últimos dias tem se intensificado o debate acerca da PEC 241, principalmente depois da sua aprovação na Câmara Federal. A **ADUFDourados**, junto com diversos movimentos e sindicatos, se posiciona contrária ao projeto. Na nossa opinião, é uma manobra desesperada e inconsequente do governo ilegítimo de Temer para dar maior força às suas propostas de reformas trabalhista e previdenciária. É uma movimentação para avançar o projeto derrotado nas urnas chamado de "Ponte Para o Futuro".

Mas afinal, o que é a PEC 241? A PEC 241 é uma Proposta de Emenda a Constituição que atende aos interesses do sistema financeiro, principalmente dos bancos.

Tem como objetivo diminuir os gastos públicos e garantir os altíssimos juros de pagamento da amortização da dívida pública. O governo pretende estabelecer um limite de gastos para os próximos 20 anos, podendo ser revisado depois dos primeiros 10 anos. O limite será o gasto realizado no ano anterior corrigido pela inflação, ou seja, se entrar em vigor em 2017, o orçamento disponível será o de 2016, acrescido na inflação daquele ano.

Ir contra a PEC é ir contra o Brasil? Na página principal do jornal Folha de S. Paulo, foi divulgado um anúncio com uma petição on-line dizendo "Se você é contra a PEC do teto de gastos públicos, você é contra o Brasil". O sistema financeiro tem investido muito em publici-

dade para a aprovação da proposta de congelamento dos gastos públicos. Apesar de o Brasil ser controlado pelos banqueiros, empreiteiros e ruralistas, eles são a minoria do povo brasileiro. Não chegam a 1% da população, enquanto a grande maioria da população sofre com o descaso dos governos com saúde e educação.

A Globo tem feito campanha aberta nos telejornais pela aprovação da proposta e das reformas trabalhistas e da previdência. Ir contra a PEC 241 não é ir contra o Brasil; pelo contrário, é estar ao lado da maioria da população, que tem cobrado dos governos melhorias na saúde e na educação.

Se há algo que seja consenso entre a maioria dos brasileiros, mesmo com as divergências políticas que se acirram nos últimos tempos, é a melhoria nessas duas áreas tão importantes para nós. Outro consenso que se tem é que a dívida pública brasileira tem crescido muito nos últimos anos. Se a dívida é pública, queremos discuti-la!

Os gastos com a saúde e educação nos últimos anos têm crescido acima da inflação. A proposta de expansão e universalização das universidades estabelecida pelo Plano Nacional da Educação (PNE), aprovado em 2014, sairia prejudicado, assim como suas metas de plano de carreira para professores de rede pública. Na prática, nos próximos 20 anos, não haverá reajuste salarial, concursos públicos, reestruturação da carreira, expansão e universalização das universidades, muito menos melhorias na educação básica.

NÃO À PEC 241!

MOBILIZE-SE!
PAGINA 2

**ENTREVISTA COM A
PROFESSORA NOEMIA MOURA**
PAGINA 3/4

**A UFGD EM CRISE DIANTE
DOS ATAQUES DO GOVERNO**
PAGINA 5

MOBILIZE-SE!

Os noticiários diariamente trazem informações sobre uma série de ataques contra nossos direitos. As principais ofensivas incidem sobre as condições de trabalho, renda, serviços públicos básicos, como saúde e educação. Os ataques vinham ocorrendo desde os últimos anos do governo Dilma, mas ganharam novo fôlego após o golpe que consolidou Temer na presidência. O novo governo, sem nenhum diálogo com a sociedade, colocou em xeque direitos e garantias sociais duramente conquistados através da luta dos trabalhadores e da juventude.

Mas esses ataques não estão acontecendo sem luta e resistência! Os estudantes, principalmente no Paraná, têm feito diversas ocupações de escolas e reitorias pelo país. As entidades sindicais, juntamente com os estudantes, têm feito atos de rua, panfletagem e muita agitação. Há uma convocação de greve geral sendo articulada pelas centrais sindicais para o dia 11. A FASUBRA (entidade que representa os técnicos-administrativos das universidades federais) iniciou sua greve no dia 24 de outubro.

movimento têm sido barrar a PEC 241, a Lei da Mordça, a Reforma do Ensino Médio e a Reforma da Previdência proposta pelo governo Temer. Nós da ADUFDourados, além de apoiar o movimento nacional em defesa da saúde e educação, fizemos algumas mobilizações nas últimas semanas. Foram duas panfletagens da entrada da Unidade II da UFGD e uma Audiência Pública na Câmara Municipal de Dourados no dia 22 de setembro, debatendo "As consequências da PL 257 e PEC 241 na vida dos trabalhadores(as)".

Os técnicos-administrativos da UFGD deflagraram greve para o dia 24 de outubro, tendo como pauta principal o enfrentamento à PEC 241. Os estudantes da Escola Estadual Nova Itamarati, na cidade de Ponta Porã, fizeram a primeira ocupação de uma escola de Mato Grosso do Sul no dia 18 de outubro. Aqui na UFGD, os estudantes fizeram uma grande assembleia no dia 19 de outubro e tiraram uma agenda de luta contra os cortes na educação e a PEC 241. No dia 21 de outubro, ocuparam a reitoria da para pressionar a publicação do edital do curso de Licenciatura no Campo

O movimento dos estudantes da UFGD saiu vitorioso! Além da publicação do edital de vestibular, conseguiram ser inseridos no programa de bolsa permanência e participar do perfil socioeconômico da universidade. Apoiamos a luta da juventude e dos trabalhadores e convocamos os docentes da UFGD para somar na luta contra a PEC 241 e os demais ataques. Sabemos que vivemos um período de polarização política intenso no país, mas saúde e educação são pautas que nos unem. É necessário nesse momento tão crítico deixar nossas divergências de lado e nos unirmos em torno dessas pautas colocadas pelo movimento. É tempo de voltarmos a nos mobilizar!

Nos últimos anos fizemos diversas mobilizações, atos, panfletagens, aulas públicas e tocamos duas grandes greves. Fizemos isso para além da defesa de reajuste de salário e uma melhor reestruturação da carreira. Fizemos isso para garantir que a universidade pública seja cada vez mais plural e democrática. O ANDES-SN lançou, junto com diversas entidades, entre elas a FASUBRA,

SINASEFE e Auditoria Cidadã da Dívida, um manifesto em defesa da educação pública. A chamada é "Educação na rua contra a retirada de direitos, a Lei da Mordça e a Reforma do Ensino Médio", com objetivo de enfrentar nas ruas os ataques devastadores do governo Temer contra nossos direitos.

Nesse mesmo sentido, fazemos um chamado para os professores, estudantes, técnicos-administrativos e demais trabalhadores para construir uma agenda de mobilização e uma frente em Dourados para defender nossos direitos. Vamos construir um diálogo com a população douradense sobre esses ataques que atingem consideravelmente a saúde e a educação, áreas defendidas pela maioria da população.

MOBILIZE-SE!



AGENDA

Recentemente circularam, para debate entre as faculdades, dois documentos que pretendem regular a atividade docente na UFGD. As minutas tratam dos chamados serviços extraordinários e também regulamentam a distribuição dos encargos de trabalho da carga horária dos docentes.

Em assembleia realizada no mês de setembro foi apontada a necessidade de maior discussão sobre esses

documentos, que disciplinam o trabalho docente na universidade. Um tema de tamanha relevância, no nosso entendimento, não pode ficar restrito aos gabinetes da reitoria, nem mesmo aos conselhos superiores. Um debate fragmentado por faculdade também não dá conta dessa discussão.

Consideramos que vivemos um momento de ataque aos princípios da universidade, desmonte de nosso

plano de carreira, desvalorização da dedicação exclusiva e nossos debates internos não podem corroborar esses ataques.

Diante dessa situação a diretoria da ADUFDourados solicitou à reitoria a ampliação dos debates sobre esses temas. A administração se mostrou sensível à preocupação e à importância dos temas e propôs dois momentos coletivos de debate sobre o tema. Audiências no dia 31 de

janeiro e 03 de fevereiro.

Cabe aos docentes participarem, conhecerem melhor as propostas e opinarem sobre elas. Precisamos que a regulamentação dessas propostas melhore nossas condições de trabalho e não piorem ainda mais nossa carreira já ameaçada.

Mantemos o lema:

Nenhum Direito a Menos!!!



ENTREVISTA PARTE 1

Abrimos nossa primeira entrevista da **ADUFDOURADOS INFORMATIVO** com Noêmia dos Santos Pereira Moura. Professora Adjunta IV, Coordenadora do PIBID/UFMG, Vice Coordenadora do PPGAnt e professora de Ciências Sociais.

Quais são os principais pontos e divergências em relação a proposta de reforma do ensino médio?

O primeiro ponto e o mais significativo é o fato do governo Temer querer reformar o Ensino médio por meio da Medida Provisória 746/2016, sem dialogar com os sujeitos diretamente envolvidos com a Educação básica e com a população brasileira. Ou seja, tudo começou de forma arbitrária, sem debate, sem acúmulo e por isso fadado ao fracasso. Além da metodologia equivocada, o governo se torna contraditório ao propor uma reforma que vai incidir em maior descentralização de recursos para os estados que aderirem à Reforma, ao mesmo tempo em que encaminha para o Parlamento a Proposta de Emenda Constitucional (PEC 241/55-2016) cujo objetivo é limitar os gastos públicos de estados e municípios com educação, saúde e previdência. Um dos resultados da PEC 241, aprovada pelos deputados federais e encaminhada para o Senado (PEC 55/2016) no mês de outubro, será a diminuição dos recursos para a educação em todos os níveis. A UFGD, criada no plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) receberá em 2017 a metade do recurso do ano de 2016 e isso incidirá diretamente no custeio das atividades de ensino, pesquisa e extensão planejadas. As escolas de Educação Básica também terão suas verbas minguadas. A Reforma propõe escolas de ensino médio em tempo integral. Para isso

será necessário mais investimento nas escolas que aderirem. Parte da escola oferecerá a educação em tempo integral e a outra de um período? Como entender ações tão enviesadas num curto período de governo? Essas, no entanto, são as questões de fundo, que vão impactar na implementação da Medida Provisória 746/2016.

A Reforma, propriamente dita, traz muitas outras dúvidas e incertezas, com as quais teremos que lidar se o Parlamento transformá-la em Lei.

Uma delas é como ficará a lotação dos profissionais em educação, principalmente da carga horária dos/as professores/as? A Escola terá a possibilidade de escolher entre os cinco eixos (Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas, Formação Técnica e Profissional) o qual ou quais vai implantar. A obrigatoriedade de ofertar os cinco eixos é do Estado e não das escolas. Podemos ter mais escolas ofertando Linguagens e Matemática? Linguagens e Ensino Técnico? E os demais eixos? Como ficará a lotação dos profissionais dos outros eixos? Quem não tiver lotação será redistribuído, demitido? Haverá incentivo para professores pedirem demissão? O que é notório saber quando a LDB 9394/96 regulamenta que todos os professores devem ter graduação em licenciatura para dar aulas? No tocante aos alunos, haverá vagas para todos dentro das opções que fizerem?

Como se deslocarão quando em seu bairro a escola não ofertar a formação escolhida? Os pais terão condições de auxiliar seus filhos nas escolhas de itinerários? Esses são alguns dos questionamentos que precisam de respostas.

Qual o impacto para as licenciaturas com a proposta de reforma do ensino médio?

As universidades são responsáveis pela formação dos profissionais para suprir as necessidades das escolas de educação básica,

portanto serão impactadas diretamente pela PEC 55/2016 e indiretamente pela Medida Provisória 746/2016. Os Institutos Federais serão diretamente impactados por atenderem prioritariamente a Formação Técnica e Profissional. Como mencionei acima algumas das possíveis perdas das universidades com a PEC 241/2016, focarei mais na Reforma do Ensino Médio. Os cursos de licenciaturas são disciplinares e os eixos são áreas. Vamos a um exemplo. O Eixo Linguagens no Ensino Médio atualmente contempla Português, Língua Estrangeira, Artes, Educação Física e Letras Libras. Com a Reforma cairiam Artes e Educação Física. Por quê? Com qual justificativa? Adolescentes não precisam se exercitar? Criar? Atuar? Dançar? Qual será o perfil do profissional do Ensino Médio? Quais as mudanças nos Projetos Pedagógicos Curriculares dos cursos de licenciaturas precisarão ser feitas para se adequarem? Hoje as licenciaturas recebem financiamento através de Programas de Formação Inicial e Continuada, tal como o PIBID. No caso de aprovação da PEC 55/2016 como ficará esse programa? Em permanecendo o PIBID como será sua atuação no Ensino Médio integral e por eixos? Como será a formação das licenciaturas que habilitam os futuros profissionais para atuarem no Ensino Fundamental II (6º ao 9º anos) e o Ensino Médio? Outra situação é com relação ao curso no qual atuo - Ciências Sociais. Como ficará a Sociologia na Base Nacional comum Curricular (BNCC), que orientará 50% do currículo do Ensino Médio? Propõe-se a não obrigatoriedade da Sociologia e da Filosofia no Eixo de Ciências Humanas. Como ficará a formação integral do discente secundarista se a carga horária das ciências humanas é mínima? Qual a intenção do MEC quando retira a formação humana do ensino Médio? Outras leis, concomitantes com as destacadas aqui, estão circulando tal como aquela que dispõe sobre a exoneração de profis-

sionais públicos concursados. Qual a intenção de propor a instabilidade de servidores públicos? Qual a intenção ao propor o Plano de Demissão Voluntária (PDV)? A extinção de espaço no currículo da educação básica pode produzir o efeito cascata de fechamento de cursos de licenciaturas ou no mínimo a redução de vagas ofertadas. Consequentemente, pode atingir Programas de pós Graduação vinculados aos cursos de graduação. Temos que olhar a escala micro projetando-a na escala macro para compreendermos qual é o projeto que orienta as ações do governo Temer. Cada vez mais vejo que se distancia da qualidade social e se aproxima da qualidade mercadológica. Parece que estamos voltando no tempo da LDB 5692/1971. O tecnicismo está retornando? Vamos ficar alertas!

O que é o PIBID, quando e por que ele foi lançado?

O PIBID não é um Programa isolado, apesar de ter alcançado uma projeção político-pedagógica nos seus oito anos de vida. Está enredado dentro de Planos, Programas, Projetos, Ações e Atividades da Política Nacional de formação para Profissionais da Educação Básica derivada do Plano de Educação para Todos proposto no ano de 2007. É importante destacar que esse foi um dos Planos educacionais mais democráticos implantados no Brasil no contexto da Constituição de 1988 e todos os seus desdobramentos. O Brasil vinha num crescente desenvolvimento na área da educação. Uma das propostas mais audaciosas e corajosas do Governo Federal foi em 2007 pautar a CAPES para que a agência assumisse parte da Política de Formação Inicial e Continuada dos Profissionais para a Educação Básica, para atender as metas do Plano Nacional de Educação.

CONTINUA NA PRÓXIMA PÁGINA!



ENTREVISTA PARTE 2

Foi aí que nasceu a Diretoria de Educação Básica (DEB/CAPES) e, conseqüentemente os Programas de Formação tais como: o Programa Institucional de Bolsas para a iniciação à Docência (PIBID e PIBID Diversidade), o Programa de Apoio a Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores (Life), o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), o Programa de Consolidação das Licenciaturas (PRODOCÊNCIA), o Observatório da Educação – OBEDUC e os Novos Talentos.

Dessa forma, são vários programas da CAPES e outros tantos do FNDE. O PIBID, entretanto, tem um diferencial. Está diretamente vinculado à Escola de Educação Básica e acolhe o Professor Supervisor selecionado na escola como um co-formador do licenciando de cada subprojeto. Todo o processo de planejamento, ação e reflexão é realizado no coletivo composto por professores das escolas e da universidade e alunos das licenciaturas. As atividades são desenvolvidas pelos licenciandos nas escolas sob a supervisão e acompanhamento do professor supervisor. Nesse processo todos os sujeitos estão em formação. Daí concluímos que o PIBID faz formação inicial e continuada em curto prazo. Muitos dos licenciandos egressos do PIBID e concluintes de seus cursos são contratados pelas escolas, quando não ingressam através de concurso público. Muitos outros vão desenvolver pesquisas sobre o ensino nos programas de pós-graduação. Temos supervisores egressos do PIBID cursando a pós-graduação em nível de mestrado e outros tentando o doutorado. O Programa contribui na constituição da identidade dos futuros professores e procura fortalecer a identidade dos professores. Os coletivos do PIBID se constituem em grupos de estudos, planejamentos e

se constituem em grupos de estudos, planejamentos e avaliação das atividades pedagógicas desenvolvidas. Constituem-se em ambientes de trocas sobre a prática docente, bem como sobre a carreira docente. Os pibidianos se apropriam dos espaços das escolas e se integram.

Atualmente, o PIBID é um dos programas mais bem conceituados entre as agências e entidades educacionais brasileiras. A ANDIFES é uma de suas defensoras, ao lado da SBPC e de outras tantas. Cumpre o papel de fortalecer as licenciaturas e a formação de professores. Seu foco é a formação inicial dos licenciandos, mas também atua na formação continuada como já descrevi acima. Juntamente com o LIFE/UFGD tem um projeto de formação continuada para professores e licenciandos e busca envolver os pibidianos em atividades interdisciplinares.

Como a reforma do ensino médio afetará o PIBID?

Acima comecei a desenvolver a ideia de como o PIBID será afetado pela Medida Provisória 746/2016. A maioria dos subprojetos do PIBID/LIFE estão desenvolvendo atividades pedagógicas nos níveis de ensino fundamental e médio. Com um novo arranjo curricular do ensino Médio esses subprojetos também terão que ser reestruturados. Contudo, tenho dúvidas se haverá PIBID para 2017-2018, pois a PEC 241/55 pretende congelar os investimentos na educação, saúde e previdência. Dessa forma, mesmo que o Programa continue existindo, possivelmente será diminuído. Vivemos hoje um retrocesso na Política Educacional brasileira e estamos lutando para que os profissionais da educação, da saúde e da previdência não tenham que pagar a fatura da propalada crise econômica.

Quando começaram os ataques ao PIBID?

As ameaças de corte do custeio do PIBID começaram a aparecer no

início de 2015, quando muitas das Instituições de Ensino superior não receberam a segunda parcela do valor/percapta referente ao ano de 2014. A UFGD recebeu a segunda parcela em fevereiro de 2015 e até hoje estamos economizando para nossas atividades nas escolas não pararem. Não veio nenhum recurso referente ao ano de 2015 e nem de 2016. O custeio das bolsas, que são pagas diretamente pela CAPES aos bolsistas, tiveram cortes ao longo de 2015 e 2016. O último corte foi no mês de agosto e foi feito sem aviso prévio. Na UFGD até agora perdemos 1 bolsa de Coordenador de Área e 27 de licenciandos. Na ativa temos 1 bolsa de Coordenação Institucional, 3 bolsas de coordenação de gestão de Processos Educacionais, 26 bolsas de Coordenações de Área e 57 bolsas de Supervisores. Ao todo somam 420 bolsas. Ainda estamos ameaçados, inclusive de extinção, se a PEC 55 for aprovada pelos senadores. As bolsas dos licenciandos, além de permitir a formação inicial, asseguram a permanência nos cursos de licenciaturas. A maioria dos discentes das licenciaturas se desloca das cidades circunvizinhas de Dourados e são membros de famílias trabalhadoras e assalariadas.

Como têm acontecido as mobilizações em defesa do PIBID?

Na luta contínua e mobilização permanente conseguimos pautar as agendas dos poderes executivo, legislativo e judiciário algumas vezes, colocando o PIBID como ponto central na formação de profissionais para a Educação Básica. Realizamos três audiências na Câmara Federal e no Senado para discutirmos a relevância do Programa. Todas as audiências foram prestigiadas pelos parlamentares e entidades educacionais parceiras. O PIBID colocou em pauta a Formação de professores no Brasil. No judiciário fizemos a denúncia da Portaria 046/2016, que pretendia reestruturar o PIBID retirando o foco da formação inicial dos licenciandos

para a melhoria do ensino básico. A denúncia foi mais um fato político, porém a Portaria foi revogada pela mobilização em rede nacional administrada pelos segmentos do Programa, com o apoio do Fórum Nacional de coordenadores Institucionais do PIBID (FORPIBID). No executivo tivemos várias agendas com a CAPES e o MEC para discutirmos as mudanças que foram propostas. A seriedade, a ética e o compromisso sempre foram princípios fundantes em nossas ações de mobilização. Estamos nesse momento, aguardando a tramitação do Projeto de Lei sobre o PIBID proposto pelo Deputado Federal Chico Lopes, apoiado por outros deputados e senadores. Temos recolhido assinaturas em Cartas à População Brasileira que são protocoladas no MEC e no Parlamento. Temos realizado Audiências Públicas nas Assembleias Legislativas e nas Câmaras de Vereadores. O principal objetivo é tornar o PIBID um Programa conhecido pelos pais e responsáveis, pelos estudantes das escolas e das universidades.

O que será debatido no II Seminário sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Reforma do Ensino Médio?

Temos participado da organização de eventos locais e regionais para pautar a Política Educacional brasileira. Na UFGD, em parceria com entidades sindicais dos trabalhadores em educação e com outras Instituições de Ensino Superior públicas e privadas, vamos realizar o Seminário da ANDIFES – Regional Centro-Oeste; o II Seminário sobre a BNCC e a Reforma do Ensino Médio e o Seminário de Formação do PIBID/LIFE, no dia 21 de novembro de 2016. O objetivo do evento é abrir o debate sobre a Reforma do Ensino Médio através de Medida Provisória, sem debate com os profissionais da educação e sem consulta ao Povo brasileiro.

A UFGD EM CRISE DIANTE DOS ATAQUES DO GOVERNO

A Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) nasceu após o desmembramento do campus de Dourados da UFMS no ano de 2005. Esse processo está ligado ao crescimento populacional e o aumento das demandas da região por educação superior. Entre os diversos campus, estava o de Dourados, que iniciou seu funcionamento em 1971, como Centro Pedagógico de Dourados (CPD), com a criação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, após a divisão do estado, passou a se chamar CEUD. Nas décadas de 1980 e 1990 houve um elevado índice de crescimento, com criação de novos cursos, especializações, programas de pós-graduação, etc.

A partir de 2003 a educação superior no Brasil passou a se expandir pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Aproveitando a política governamental de expansão das universidades federais e o crescimento populacional e econômico da região, o governo federal cria em 2005 a Universidade Federal da Grande Dourados. A instituição começou a funcionar com sete cursos de graduação, mas com a sua inclusão no REUNI cresceu vertiginosamente.

Hoje a universidade conta com 34 cursos de graduação, 2 cursos de alternância, 4 cursos na modalidade de Ensino à Distância (EAD), 12 faculdades, 14 cursos de especialização, 21 programas de mestrado e 8 programas de doutorado. Amplamente divulgado pelos jornais da região o Programa de Expansão Acadêmica da UFGD 2011/2010, tinha como meta chegar até 2020 a um total de 45

cursos de graduação, com 40 programas de pós-graduação, 20 deles de doutorado.

O REUNI finalizou oficialmente em 2012, mas a política de expansão continuava de forma fragmentada. O Plano Nacional de Educação (2014/2024) em sua meta 20, estabelece que em 2019 o mínimo de investimento para a educação seria de 7% do PIB e que até 2024 atingisse o patamar de 10%, que era a proposta histórica dos movimentos sociais ligados à educação. O Censo da Educação Superior de 2013 divulgado pelo Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), aponta que de 2003 para 2013 o número de pessoas que frequentam o ensino superior dobrou. Hoje aproximadamente 30% da população tem acesso ao ensino superior, porém ainda é uma taxa muito pequena comparada com outros países. A meta 12 do PNE estabelece a taxa de 50% da população até 2024 tenha acesso ao ensino superior.

Para além de garantir o acesso nas universidades foi criado no ano de 2008 o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), verba destinada para a assistência estudantil e a permanência. A principal pauta da greve estudantil de 2012 (que abrangeu quase todas universidades federais) era de que o recurso se ampliasse para 2 bilhões para dar conta no novo perfil mais plural da universidade pública.

No documento apresentado pelo Ministério da Educação chamado de "A democratização e expansão da educação superior no país 2003 – 2014" o governo apresenta que o orçamento do PNAES entre 2008

e 2014, passou de R\$ 101,2 milhões para R\$ 742,7 milhões. Uma nítida expansão de recursos, mas ainda insuficiente para dar conta de garantir a assistência estudantil e a permanência necessária para o os estudantes.

Até 2014 havia um cenário positivo e de bastante otimismo dentro das universidades federais, porém o ano de 2015 se iniciou com a ex-presidente Dilma anunciando cortes significativos para a educação. Os cortes somados chegaram a 11 bilhões e a situação das universidades federais ficaram catastróficas. Em resposta aos cortes os professores, técnicos-administrativos e estudantes protagonizaram uma das greves mais longas da educação brasileira, a maior do setor das universidade federais, que durou praticamente 5 meses, iniciada em maio de 2015, teve fim em outubro do mesmo ano. A UFGD foi uma das primeiras universidades a entrar na greve e uma das últimas a sair, acompanhando as deliberações do sindicato nacional (ANDES). Isso se deu pelo entendimento de que os cortes atingiam a essência que deu origem a UFGD, que era a expansão e a democratização.

Da mesma forma questões sobre a carreira docente se colocaram em pauta, além da não reposição das perdas inflacionárias, a proposição do governo caminhava, naquele momento, para um processo de desvalorização do princípio que deu origem à universidade no Brasil, que é a indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e a extensão, garantida pela contratação de docentes em regime de dedicação exclusiva.

Neste ano de 2016 vemos que

todos os problemas que nos levaram à mais longa greve da história das universidades federais, longe de terem sido solucionados se apresentam neste momento com mais força, ameaçando gravemente não só os planos de expansão do ensino superior público e gratuito mas também o próprio futuro da universidade.

No dia 19 de agosto a reitoria divulgou "Nota técnica da Reitoria da UFGD sobre os cortes orçamentários em 2017" repassando a informação que recebeu do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (SIMEC). Somados, os cortes chegam a 11,8 milhões no orçamento geral, mais cortes específicos no PNAES (2,88%), Programa de Apoio a Pós-Graduação (PROAP-CAPES) e 20% de queda nas bolsas de iniciação científica do CNPq, Programa Mais Médicos e PROEXT (Extensão e Cultura).

Esses cortes somadas com a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241, que agora passa a tramitar no Senado como PEC 55 atinge os princípios fundadores da Universidade Federal da Grande Dourados. Os cortes atacam o ensino, a pesquisa e a extensão. A PEC compromete a universidade pública, gratuita e de qualidade, pois estabelece um valor fixo reajustado pela inflação, diferente do que a sociedade vinha defendendo de atingir os 10% do PIB para a educação. Na prática, interrompe o processo de expansão das universidades públicas, que esta presente desde a fundação da UFGD e nos coloca num cenário de muita precarização para os próximos anos ao congelar os valores do orçamento nos patamares de 2017, pelos próximo 20 anos.

MAIS INFORMAÇÕES:

SOBRE O FINANCIAMENTO ADEQUADO DA EDUCAÇÃO E O CUSTO DO PNE PERANTE A PEC 241 - <https://goo.gl/TymF15>

VOCÊ ESTÁ SENDO ROUBADO PELA PEC 241 - <https://goo.gl/Jea4A4>

AS INCONSTITUCIONALIDADES DO "NOVO REGIME FISCAL" INSTITUÍDO PELA PEC Nº 55, DE 2016 (PEC Nº 241, DE 2016, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS) / BOLETIM LEGISLATIVO - <https://goo.gl/vr5zpu>